

As origens da tendência historiográfica jesuítico-missioneira na institucionalização da pesquisa e da produção histórica no Rio Grande do Sul através do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: as narrativas de Carlos Teschauer s.j.

The origins of the jesuitic-missionary historiographical trend in the institutionalization of research and historical production in Rio Grande do Sul through the Rio Grande do Sul Historical and Geographical Institute: the narratives of Carlos Teschauer s.j.

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Santa Maria, RS/Brasil

Resumo: Busca-se aqui compreender a tendência historiográfica jesuítico-missioneira na institucionalização da pesquisa e da produção histórica no Rio Grande do Sul, nas origens da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a partir de 1920/1921. Fundamentalmente são abordados os ensaios elaborados pelo padre jesuíta e historiador Carlos Teschauer em “Porandúba Riograndense”, a narrativa sobre as origens factuais do Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: Jesuítas no Rio Grande do Sul. Porandúba Rio-grandense. Missões jesuítico-indígenas. Historiografia sul-rio-grandense.

Abstract: This paper seeks to understand the Jesuitic-missionary historiographical trend in the institutionalization of research and historical production in Rio Grande do Sul, in the origins of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, from 1920/1921. Fundamentally, the essays written by the Jesuit priest and historian Carlos Teschauer in "Porandúba Riograndense," the narrative about the factual origins of Rio Grande do Sul, are addressed.

Keywords: Jesuits in Rio Grande do Sul. Poranduba Rio-grandense. Jesuit-indigenous missions. Rio Grande do Sul historiography.

Deante da opulência das nossas tradições, como povo, e da nossa agitada quanto edificante historia, como tingiu política da nação brasileira; deante do estado de cultura a que tingiu o Rio Grande do Sul, parece-me que se não poderia justificar a ausência, entre nós, de um Instituto Historico e Geographico, quando outros Estados já possuem essa instituição, que, por sua índole e seus fins, constitue de qualquer modo um expoente apreciável do nível moral de um povo [...] cultuemos a memoria dos nossos ancestrais valorosos, desenvolvendo o instincto superior da sociabilidade e o nobre sentimento de patriotismo.

Florencio Abreu e Silva, Primeiro Presidente do IHGRS, em discurso de posse 19 de novembro de 1920.

Nada mais instigante para iniciar este artigo do que a epígrafe do discurso de posse do primeiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920. O fragmento do discurso pode tão bem servir de tema ao assunto, posto que resume e situa o lugar que o IHGRS passa a exercer a partir daquele momento na produção intelectual sul-rio-grandense.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar a origem e o lugar da produção sobre o passado jesuítico-missionário enquanto tendência historiográfica na institucionalização da pesquisa e da produção histórica nos primórdios da publicação da Revista do IHGRS, em suas formas narrativas e discursivas, no ano de 1921.

Para elaborar o artigo, partimos de duas premissas: a primeira, entende-se que a atuação do padre jesuíta e historiador Carlos Teschauer é imprescindível à construção deste lugar, cujos fins discursivos de suas narrativas visavam combater pela escrita histórica a tradição historiográfica anterior ao IHGRS consagrada na obra “Anais da Província de São Pedro”, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, que invisibilizara ao longo do século XIX a participação da Companhia de Jesus na História do Rio Grande do Sul. Teschauer propõe uma consistente antítese à tese de Fernandes Pinheiro, construindo a síntese do lugar exercido pela Companhia de Jesus na formação da nação brasileira, apaziguando os indígenas selvagens, convertendo-os dentro dos paradigmas da civilização cristã ocidental. Para elaborar este problema, tomamos de empréstimo a concepção de História-problema de Lucien Febvre quando afirma: “se não há problema, não há história” (FEBVRE, 1989: 31).

A segunda premissa decorre da primeira, ou seja, para a elaboração do problema invocado a partir da análise das narrativas de Teschauer, é necessário situar a tendência historiográfica jesuítico-missionária a partir do referencial de institucionalização da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, que acompanha o IHGRS, baseando-se em Jefferson Martins, que assim escreve:

A década de 1920 assinalou o início da institucionalização da pesquisa e da produção da história do Rio Grande do Sul. Seu marco foi a fundação do IHGRS em agosto de 1920. A produção histórica resultante desse processo de institucionalização pode ser resumida em termos de história de cunho nacionalista que dava como solução para a problemática da identidade regional a formação a partir da matriz lusitana. Ao mesmo tempo essa produção histórica defendia uma agenda intelectual que colocava o regionalismo a serviço de uma missão política que visava à ascensão dos quadros gaúchos à liderança nacional (MARTINS, 2019: 224).

Dessa forma, compreendemos que em parte o discurso normativo dos historiadores da tendência jesuítico-missionária rompe com a matriz lusitana, exaltando a participação da Companhia de Jesus na formação histórica sul-rio-grandense, de outra parte, contribuíam à consolidação do Estado do Rio Grande do Sul na formação histórica nacional, aproximando as narrativas da atuação de jesuítas do Rio Grande do Sul com outras partes do Brasil. Para romper com a tradição de matriz lusitana, torna-se necessária a elaboração de outra narrativa de

combate que contribui à institucionalização da pesquisa e da produção histórica no Rio Grande do Sul.

O IHGRS: produção histórica e concepções de História

Segundo Ieda Gutfreind, ocorre na década de 1920 uma significativa efervescência política e cultural em Porto Alegre, motivando a intelectualidade rio-grandense a fundar em 05 de agosto de 1920 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Expressivos expoentes da “*intelligentia*” rio-grandense como: o desembargador Florêncio de Abreu e Silva, o militar Emílio Fernandes Sousa Docca, o militar Manoel Joaquim de Faria Côrrea, o jornalista Otávio Augusto de Faria, o jornalista e funcionário público do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS) Afonso Aurélio Porto e o padre jesuíta João Batista Hafkemeyer organizam reuniões no salão do APRS, fundando assim o IHGRS, com apoio decisivo de Antônio Augusto Borgens de Medeiros, Presidente do governo do Estado do Rio Grande do Sul, funcionando inicialmente no APRS. Entre agosto e novembro daquele ano os historiadores organizam as bases de funcionamento da instituição, quando ocorre a solenidade de instalação definitiva em 19 de novembro. A base intelectual da instituição passa a sistematizar a historiografia sul-rio-grandense, que já existia desde os primórdios do século XIX, quando o funcionário público e historiador José Feliciano Fernandes Pinheiro publica, em 1819, o primeiro volume da obra “Anais da Província de São Pedro”, foi dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.

A publicação dos “Anais da Província de São Pedro” foi reunido em único volume em 1839, publicado pelo IHGB. Na obra o autor, que trata de alguns aspectos da formação histórica do Rio Grande do Sul, revela a sua preocupação em exaltar o patriotismo e o nacionalismo brasileiro de origem lusitano, confirmando a integração da antiga província, a partir da ação de colonização luso-brasileira, cujo destaque se dá às lutas e aos tratados de fronteira. Pinheiro elege a fundação do Presídio de Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737 como o início do processo histórico sul-rio-grandense. Esta obra publicada fora do Rio Grande do Sul é de suma importância, posto que movimentou uma historiografia ao longo do século XIX e intelectuais como Alcides de Mendonça Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil e João Cezimbra Jacques elegend José Feliciano Fernandes Pinheiro como o pioneiro, o Pai da Historiografia rio-grandense; no entanto, a atuação da Companhia de Jesus através das Missões Jesuítico-indígenas é silenciada, invisibilizada.

O grupo de intelectuais que funda o IHGRS em 1920 se divide entre os que continuavam defendendo as assertivas de Fernandes Pinheiro e aqueles que propunham a ruptura, o que gerou, segundo Ieda Gutfreind, a historiografia que “a partir da década de 1920, apresentou a tendência onde sobressaíram as explicações platina e lusitana da história sul-rio-grandense [que] envolviam a disputa de poder entre grupos de classe dominante” (GUTFREIND, 1992: 25). No entanto, a principal preocupação que se elabora a partir da construção de uma moderna historiografia rio-grandense é a de que os trabalhos do Instituto versarão principalmente sobre a história pátria, e especialmente a do Rio Grande do Sul (SILVA, 1921: 123).

Nesse sentido, a percepção sobre a história do Rio Grande do Sul, apresentada no discurso do historiador e orador na fundação do IHGRS é de que:

A nossa historia, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroísmos legendários; rica de magníficos actos de filantropia e de ensinamentos de alta moral e de política elevada; opulenta em homens eminentes e de mestres ilustres, precisa ser melhor cuidada e melhor ensinada, não só para que ella possa ter em cada peito rio-grandense um altar, onde seja cultuada com o carinho e a dedicação que bem merece, como também para que todos os brasileiros se orgulhem de pertencer a um paiz de que é parte integrante um povo qual o gaúcho, assignala por tão peregrinas virtudes (DOCCA, 1921: 127)

Ou seja, a historiografia que começava a ser construída no IHGRS, concatenada à efervescência da década de 1920, parece reconhecer os hiatos na historiografia produzida anteriormente e inaugurada por Fernandes Pinheiro, trazendo novos fatos ao conhecimento histórico, provocando o sentimento de pertencimento, em que se configurava a identidade rio-grandense naquele período. O orador Sousa Docca adota por método o Positivismo e prenuncia aqui a sua preocupação em recuperar os heróis do panteão rio-grandense que servissem de exemplo ao povo sul-rio-grandense e brasileiro. No seu discurso de posse, o orador oficial do IHGRS destaca o sentido do Rio Grande do Sul na formação e evolução histórica brasileira, como se pode observar:

Sabemos todos que a história do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada aos principais factos da história do Brasil e da civilização. Ninguém poderá estudar a fundação deste Estado, sem fazer investigações sobre a Companhia de Jesus, visto terem sido os jesuítas os primeiros que nestas terras abençoadas lançaram a semente da civilização, regando-a com o sangue de suas veias e com o suor de seus rostos. Poderá alguém, sem saber o que era uma “bandeira”, nem quem foram os “bandeirantes”, descrever as arrojadas incursões dos aventureiros e impertérritos paulistas ao território gaúcho [...] A história do Brasil, por sua vez, não poderá ser escrita sem os elementos fornecidos pelo estudo da vida de seus Estados (DOCCA, 1921:133).

Sousa Docca traz três questões candentes à institucionalização da pesquisa e da produção da história do Rio Grande do Sul em construção: primeiro, que o processo histórico rio-grandense é parte integrante do brasileiro, contribuindo enfaticamente à construção da nação e com forte

apelo de moral patriótica, entendendo assim que a produção historiográfica da História brasileira deve levar em conta as partes do todo, no caso a História do Estado, a regional; segundo, faz menção a participação da Companhia de Jesus no processo de organização da “civilização brasileira”, sem particularizá-la, e além de apresentar a ação dos jesuítas, também recupera a participação dos bandeirantes na história rio-grandense, o que, por si só, tensiona o debate dentro do IHGRS sobre a importância dos bandeirantes paulistas na formação do Rio Grande do Sul. É importante destacar que Sousa Docca é oficial do exército brasileiro e imprime a visão da caserna em suas narrativas históricas, cunhando nelas um sentido de brasilidade ao estilo da escrita da História militar, com seus lances de lutas, táticas, estratégias, típicos de guerras.

Nesse sentido, Sousa Docca está convicto de que o: “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul [...] poderá realizar [...] uma obra histórica digna do Rio Grande do Sul (DOCCA, 1921:129).

Dialoga com Sousa Docca o importante intelectual da época, jornalista e político brasileiro de tendência Positivista, Lindolfo Collor, que usa dos paradigmas do Positivismo para aprimorar a narrativa do IHGRS, buscando a seguinte compreensão de História:

Uma sociedade que não cultiva a sua própria historia não tem consciência de si - mesma: - É como uma criança que vive apenas as evidencias tangíveis da hora presente, sem meditar o passado e sem pensar no que há por vir. [...] para os que têm o espirito affeito á observação positiva dos factos que se succedem no tempo, é clara, é translucidaa verdade de que só se pode agir com utilidade no presente [...] como ensina Augusto Comte, a ordem chronologica das épocas não é a mesma ordem philosophica [pois] o passado está prenhe do futuro (COLLOR, 1921: 03).

Desde 1919 Lindolfo Collor está de volta para Porto Alegre, a convite do governo do Estado, para assumir a direção do jornal “A Federação”, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Dois anos após, ele é eleito deputado estadual pelo PRR, assumindo o cargo de relator da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa e trazia em sua bagagem uma longa vivência na capital da República, o Rio de Janeiro, formado pela Academia de Altos Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, mantendo profícuo diálogo com os historiadores do IHGB.

Gradativamente se organiza a: “Especialização disciplinar e afirmação da identidade profissional dos historiadores, na esteira do processo de institucionalização da história iniciado na criação do IHGRS” (MARTINS, 2017: 70).

Sobre os primeiros historiadores, a entidade se autoconsagra e define sua identidade corporativa:

A principal instância de produção e legitimação do saber histórico, no âmbito local, conquistando a sua autonomia em relação à literatura, constituindo uma comunidade disciplinar, e se impondo como saber reconhecido no campo acadêmico e social, capaz de explicar a “realidade histórica” (MARTINS, 2017: 71).

O discurso de Collor é riquíssimo e de um preciosismo acadêmico que impressiona o leitor. Vale apenas ainda destacar o quanto ele é fiel aos paradigmas do Positivismo, pois ele vincula o estudo da população do povo rio-grandense ao do território, do meio físico, para inferir que o sentido do IHGRS: “É deste duplo mister que vem cuidar no Rio Grande do Sul o Instituto Historico e Geographico” (COLLOR, 1921: 05).

Collor vai ser o primeiro a destacar a principal ferramenta e produto cultural do IHGRS, a revista, fundada somente em 1921, quando se expressam as batalhas pela História, no campo das disputas de narrativas historiográficas. Assim se refere o intelectual:

Vivendo precipuamente pela sua “Revista”, o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a historia e a geographia do Rio Grande. [...] repositório de trabalhos originaes no gênero [...] esforço continuado e methodico na divulgação de elementos historicos que jazem desconhecidos nos archivos públicos e particulares [recuperando] Toda a nossa historia de luctas heroicas sustentadas em pról das fronteiras Moraes e politicas da nacionalidade, todo o nosso aneio pela conquista da liberdade publica, toda a nossa secular vibração patriotica em face dos inimigos da Patria, assim como aadmirável evolução pacifica das nossas instituições privadas e politicas (COLLOR, 1921: 06).

O sentido de brasilidade é forte no discurso de Collor, que tão bem pode apresentar o primeiro número da Revista do IHGRS sob o prisma de “A historia e o Instituto histórico”.

Onze anos depois, o historiador Othelo Rosa faz um balanço sobre a importância da Revista do IHGRS, no jornal “Correio do Povo”, em 27 de agosto de 1932

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem contribuído poderosamente para estimular o carinho dos nossos escritores pela história [...] não só facilitando a consulta às fontes, outrora esparsas, sem nenhuma sistematização, como ainda dando a lume trabalhos excelentes, que excederiam as possibilidades da imprensa diária, despertou entre nós o gosto pelos assuntos históricos, etnográficos, geológicos e geográficos (ROSA *apud* MARTINS, 2017: 70).

Jefferson Martins assim se refere sobre a Revista:

A revista do IHGRS pode ser considerada uma revista de disseminação científica, pois embora tivesse o propósito da difusão do conhecimento histórico produzido no estado, o fazia com a ambição tanto de gerar mais conhecimento como de determinar o “campo do pensável” (MARTINS, 2017: 72)

Interessante é a abordagem de Martins a respeito dos autores e os “bastidores” da Revista do IHGRS:

A revista tornou-se um cartão de visitas de historiadores, [...] à medida que [o historiador] distribuía seus exemplares ou separatas de suas publicações entre intelectuais e instituições do centro do país tornava-se conhecido e reconhecido fora do território sul-rio-grandense e se tornava um dos porta-vozes legítimos da história produzida no estado (MARTINS, 2017: 73)

Portanto, a Revista se torna meio de garantir o poder institucional aos seus redatores mais contumazes, um meio de exercer o controle sobre o discurso institucional e uma forma de garantir posições de poder dentro da entidade. O primeiro diretor da Revista é o padre jesuíta e historiador João Batista Hafkmeyer, entre 1921 e 1924, quando falece é substituído por Eduardo Duarte.

A elaboração da tendência historiográfica jesuítico-missioneira no IHGRS.

Seguimos no presente artigo a proposta de Luiz Henrique Torres em denominar as narrativas jesuíticas sobre o passado histórico sul-rio-grandense, de tendência historiográfica jesuítico-missioneira, inaugurada na década de 1920, que, devido à influência dos padres jesuítas Hafkemeyer e Teschauer, a temática jesuítico-missioneira não chegou a sofrer interdição nas páginas da Revista. Esta tendência, conforme Torres, se consubstancia devido a:

Alguns autores que enfatizaram a participação missioneira, um referencial de sobrevivência e de inserção das Missões frente à história do Rio Grande do Sul [...] Carlos Teschauer e Luiz Gonzaga Jaeger, realizaram [...] um enfrentamento que evidenciou a não constituição de um bloco monolítico em termos de interpretação da formação rio-grandense (TORRES, 2004: 197).

Na formação da Revista encontramos elementos que configuram uma explicação do processo histórico que centra na ação jesuítica os primórdios da civilização rio-grandense. Em um rápido arrolamento de textos, encontram-se na Revista, por período, entre 1921-1930: Carlos Teschauer, que produz nove títulos; Aurélio Porto, que produz doze títulos; 1941-1950: Luiz Gonzaga Jaeger, cinco títulos e Olintho Sanmartin seis títulos. No período de 1940 a produção historiográfica é acompanhada por uma crise institucional em que se criam dissensões internas, devido às crises financeiras do IHGRS.

Na primeira diretoria, o padre jesuíta Carlos Teschauer faz parte da Comissão Permanente de História. Teschauer nascera em Birstein; ordenado jesuíta em 1874, veio para o Rio Grande do Sul em 1880, lecionando História no Colégio Anchieta de Porto Alegre, voltado à formação de elites da Região Sul do Brasil. Antes da fundação do IHGRS publica obra de fôlego: “História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos” em três volumes, em Porto Alegre, pela Livraria Selbach, entre 1918 e 1922, consultando fontes inéditas no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Espanha, Portugal, Bruxelas e Roma, durante aproximadamente 10 anos.

Anteriormente havia publicado “A prioridade portuguesa no descobrimento da América” em 1903 e começara a sistematização da “Vida e Obra do Venerável Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz” em 1909. Sua última obra é “Porandúba Rio-Grandense” em 1929, vindo a falecer em 1930.

Moacyr Flores afirma que Teschauer seguia a orientação dos paradigmas do Historicismo, o que lhe valeu o revisionismo factual e a busca de uma narrativa que privilegia a estrutura social. O seu primoroso ensaio de investigação sobre as origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul já ocorre na segunda Revista do IHGRS, ainda em seu primeiro ano, no II trimestre, em 1921. Neste ensaio, cujo título é “Porandúba RioGrandense”, de 80 páginas, acrescido do artigo “A Lingua Guarani e o Venerável P. Roque Gonzalez”, no III trimestre do ano I, de 1921, percebe-se que Teschauer já está elaborando o que viria a ser o livro “Porandúba RioGrandense”, publicado em Porto Alegre, em 1929, pela Livraria do Globo, com 470 páginas.

Desde 1863, quando da publicação da obra do cônego João Pedro Gay, “História da República Jesuítica do Paraguai”, vigário de São Borja desde 1858 e sócio do IHGB, estudioso da História das Missões Jesuíticas, já se discute sobre as Missões Jesuíticas no Oeste do Rio Grande do Sul, porém, sem articulação à História do Rio Grande do Sul, sem grandes repercussões na historiografia jesuítico-missioneira. Isso porque o insigne historiador do IHGB idealiza a ação da Companhia de Jesus, abordando-a sob os paradigmas da moral cristã, para referendar a necessidade de civilizar os povos indígenas pela via da cristianização. Para além deste objetivo, ele enfatiza acontecimentos pouco conhecidos sobre o passado jesuítico-missioneiro de São Borja, onde habita, vinculando-o à formatação dos espaços geográficos, políticos e econômicos do sul do Brasil, evidenciando a formação da fronteira oeste sul-riograndense. Neste sentido, o cônego Gay aborda o passado jesuítico-missioneiro sob o prisma de quanto as Missões Jesuíticas da Banda Oriental do Uruguai serviram à formação das fronteiras do Brasil, porém não vinculadas à História do Rio Grande do Sul (GAY, 1952: 478 e ss).

As publicações do padre jesuíta Carlos Teschauer dão início à tendência jesuítico-missioneira, cujo início se dá antes da fundação do IHGRS, quando constrói a assertiva de que o passado jesuítico-missioneiro está efetivamente inserido na História do Rio Grande do Sul e os historiadores que o seguem usam a Revista como campo de batalha historiográfica na defesa desta assertiva.

Ao investigar sobre as origens do Rio Grande do Sul, Teschauer provoca o leitor ao lançar o questionamento “Porque S. Pedro do Rio Gr, foi tão tarde (conhecido) explorado e cultivado?” (TESCHAUER, 1921: 237), buscando a resposta a priori em tese, no clássico “Anais da Província de São Pedro” de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo:

O Visconde de S. Leopoldo dá a seguinte [explicação]: Os riscos da entrada no porto de S. Pedro e a esparcelada costa sem abrigo nem surgidouro foram, sem dúvida, os obstáculos que por tanto tempo retardaram fundações nesta planície (TESCHAUER, 1921: 237).

Para então refutá-lo, constrói a seguinte antítese:

A esta suposição oppõem-se, porém, as entradas dos Jesuítas do Oeste como as correrias dos Paulistas de Leste, que cruzaram de ambos os lados muito cedo esta região, e n'um mappa de 1726 vimos delineada uma estrada que, sahindo da Colonia do Sacramento, passando perto da embocadura do Taquary, e subindo alturas da Vaccaria busca a capitania de S. Paulo [...] estradas suppõem já muito tempo de existencia de commercio (TESCHAUER, 1921: 237).

O combate pela narrativa histórica está declarado. Na sequência Teschauer vai referir que o nome mais antigo do Rio Grande do Sul é o de Paraguay, de domínio espanhol, com “idioma chamado hispano-americano”, cuja “província do Paraguay, extendendo-se por umas duzentas léguas para L. e O” (TESCHAUER, 1921: 239).

Habitavam esta região supramencionada os indígenas: “Viviam (os Tappes) em populosas aldeias, sendo tão numerosas, que Tappe se tornou nas reduções nome genérico como o de Guarani” (TESCHAUER, 1921: 239).

Outra tese de Fernandes Pinheiro que ele refuta e apresenta a antítese é a discordância sobre o conceito de “Capitania d’El Rey”:

O Visconde de S. Leopoldo, imputando áquelle autor um grave erro, pensando que o tirou por sua vêz d’um mappa publicado em Londres em 1809, em que se encontrando côm capitania del Rio, traduziu arbitrariamente capitania del Rei (TESCHAUER, 1921: 240).

Por fim, conclui sua antítese de que “a origem está agora posta fóra de duvida e não é mais um ente fantástico” (TESCHAUER, 1921: 240).

A tese elaborada por Teschauer vai se utilizando de novas variáveis à compreensão do passado histórico rio-grandense, com forte participação dos clérigos da Companhia de Jesus. Ele organiza a distinção entre a primeira fase e a segunda fase das Reduções de povos indígenas cristãos do lado oriental do Rio Uruguai, tendo por base a obra do padre jesuíta e missionário do século XVII, Antônio Ruiz de Montoya, a qual ele dá indícios de que esta realmente é a primeira obra que retrata a “realidade histórica” do Rio Grande do Sul. O missionário escreveu

um dossiê na década de 1630 sobre as dificuldades que a Companhia de Jesus estava enfrentando na Banda Oriental do Rio Uruguai para a conversão dos indígenas, a fim de apresentar ao monarca espanhol. O dossiê intitulado “Conquista Espiritual” empreendido pelos padres da Companhia de Jesus foi transformado em livro. Nele apreendemos que, em 1636, foram designadas 26 reduções pela Companhia de Jesus na região dos rios Paraná e Uruguai. Nesse período, solicitava-se ao monarca Felipe IV que se armassem os indígenas convertidos ao catolicismo e súditos da Coroa de Espanha, para repelir os ataques ou invasões dos bandeirantes. Em 1637, foi encarregado de se queixar ao monarca, sobre os bandeirantes paulistas que atacavam as Reduções Jesuítico-indígenas em busca de indígenas, para servirem de mão-de-obra para o trabalho escravo na colônia brasileira. Em novembro de 1638, Montoya chegou ao Rio de Janeiro a caminho da Europa, onde se queixaria das incursões dos bandeirantes e solicitaria o fornecimento de armas de fogo para que os habitantes das reduções pudessem se defender.

Com base na “Conquista Espiritual”, Teschauer começa a esmiuçar o passado histórico rio-grandense afirmando que, em lugares conhecidos do Rio Grande do Sul, por sua importância histórica, como Rio Pardo por exemplo, anterior à fundação lusitana desta fortificação no século XVIII, havia um outro processo histórico invisibilizado pelas narrativas luso-brasileiras. Assim ele se posiciona:

Os começos da existencia historica daquela região [Rio Pardo] sobre a muito mais idade posto que esquecida [...] Foi mais que um seculo antes, isto em 1634, que se fundou uma missão jesuítica, San Christobal á margem direita do Yegui ou Rio Verde; este não é outro senão o Rio Pardo de hoje (TESCHAUER, 1921: 243).

Nesse momento Teschauer passa a recuperar o passado jesuítico-missionário a partir da fundação e organização das Reduções Jesuíticas da primeira fase (1626-1640), contrapondo a antítese de que Rio Pardo sempre fora portuguesa. Trata-se de uma narrativa histórica que revê o passado da “Tranqueira do Rio Grande”. A ideia é provar que Rio Pardo é continuação da antiga Redução de São Cristóvão, visibilizando o passado silenciado pelas narrativas históricas que priorizavam a tendência lusitana na historiografia sul-rio-grandense.

Mas qual seria o sentido atribuído pelo historiador à identidade rio-grandense?

Muitos habitantes da cidade do Rio Pardo, como da vizinha comarca de S. cruz terão prazer em saber, que outr’ora, ha mais de dois séculos e meio, naquela sua terra existia gente tão religiosa [...] sobre o rio Pardinho, não longe da sede da florescente villa de Santa Cruz havia tambem um povo de indios sob a invocação de Jesus Maria, onde dez mil almas foram

baptizadas e lá se reuniram mediante as fadigas do padre Pedro Romero S.J., que depois foi substituído pelo padre Christovão de Mendonça (TESCHAUER, 1921: 244).

A sua exposição narrativa vai detalhando sobre a fundação e organização das demais Reduções Jesuítico-indígenas às proximidades da bacia dos rios Jacuí e Uruguai, compondo também as do Rio Ibicuí. Interessante como Teschauer argumenta sobre o fim desta primeira fase, do Projeto Político-Apostólico de conversão do indígena e ocupação das terras atribuídas à Companhia de Jesus. Ele considera que o final da primeira fase foi catastrófico ao Projeto da Companhia e à conversão dos indígenas, responsabilizando os bandeirantes de São Paulo

Todos esses estabelecimentos foram tomados pelos Paulistas sob o comando de Raposo Tavares, ou abandonados pelos jesuítas e seus índios, depois de renhidos combates feridos em Jesus Maria e S. Christovão em 1636... e em S. Nicolás em 1638. Os Jesuítas conduziram para o lado occidental do Uruguay os índios que puderam escapar á catastrophe incorporando-os aos das antigas missões que allí mantinham ou formando outras que tomaram os nomes das que acabaram de ser destruidas. Foi então que se estabeleceram entre o Uruguay e o Paraná as missões de S. Thomé, Apostoles, S. Carlos, S. José, Candelaria, Martyres, S. Cosme, Sant'Anna, S. Nicolás e S. Miguel (TESCHAUER, 1921: 248).

Teschauer não faz qualquer registro da Batalha de M'Bororé (que ocorreu entre 11 e 18 de março de 1641), nas proximidades do atual município de Porto Vera Cruz, no Rio Grande do Sul. Deste evento se conta a lenda urbana de que os indígenas cristãos devidamente armados, pertencentes às Reduções Jesuítico-indígenas derrotaram os bandeirantes. Este acontecimento está vinculado à organização de uma grande expedição bandeirante que havia partido de São Paulo, no início de setembro de 1640, com 3.500 homens armados liderados por Jerônimo Pedroso de Barros e Manoel Pérez. No final de 1640, chegou por intermédio do padre jesuíta Francisco Taño, aos jesuítas das Reduções do Paraná e do Uruguai, a informação de que a grande bandeira estava a caminho para destruir muitas reduções. Mas os jesuítas já contavam com a força estimada em 4.200 guerreiros, centenas de canoas e inclusive uma balsa com uma peça de artilharia. Embora a maioria estivesse armada apenas com arcos e flechas, contavam com cerca de 300 arcabuzes e algumas peças de artilharias enviadas de Buenos Aires. Desde 08 janeiro de 1641, ao saber do acampamento dos bandeirantes, o padre jesuíta e missionário Claudio Ruyer ordena o agrupamento das milícias indígenas cristãs de reduzidos nas proximidades do Arroio M'Bororé (atualmente denomina-se "Once Vueltas" na Província de Misiones/Argentina"), na margem ocidental do Rio Uruguai.

A primeira batalha ocorre em 25 de fevereiro de 1641; 8 canoas foram enviadas rio acima para coletar informações sobre o avanço dos bandeirantes. Os indígenas das Reduções se envolveram em uma escaramuça com as milícias dos bandeirantes e, ao fugir, foram perseguidos por canoas tripuladas por indígenas Tupi de São Paulo, mas foram salvos quando se aproximaram do restante do contingente das reduções. A batalha principal teve início no dia

11 de março de 1641 e durou cerca de sete dias. Apesar dos bandeirantes contarem com cerca de 700 canoas, foram derrotados na batalha fluvial e depois tiveram o acampamento cercado e foram perseguidos durante a fuga; desse modo apenas cerca de 120 integrantes da expedição conseguiram retornar para São Paulo.

Teschauer ignora esta batalha, mesmo tendo conhecimento sobre os episódios, posto que na Carta ânua do padre Zurbaio S.J., de 1641-1643, mencionada algumas vezes no ensaio, faz amplo detalhamento da supracitada batalha. Ele substitui a imagem da batalha por outra, escrevendo:

Passaram os Paulistas e empregar-se principalmente no descobrimento e exploração das minas de ouro nos sertões do Brazil (Minas Geraes e Goyaz) e no extremo Oeste (Matto Grosso). Poderam assim os Jesuitas voltar ao lado oriental do Uruguay, transferindo para ahi em 1687 as missões de S. Nicoláu e S. Miguel e creando cinco outras, S. Luiz Gonzaga (1687), S. Borja (1690), S. Lourenço (1691), S. João Baptista (1698) e S. Angelo (1706) (TESCHAUER, 1921: 248).

E insere de imediato o passado jesuítico-missioneiro da segunda fase ao Rio Grande do Sul, afirmando: “Muitas provas temos de que este nosso torrão Rio-Grandense é uma terra clássica da história universal e particular” (TESCHAUER, 1921: 248).

Após a revisão do passado histórico e do determinismo geográfico, Teschauer se dedica à linguística, buscando os significados e as origens das línguas faladas no Rio Grande do Sul, particularizando-as e destacando a incidência do que se preservou a partir das trajetórias e vivências nas Missões Jesuítico-indígenas dos séculos XVII e XVIII. Destaque aos termos utilizados na região da Campanha para os cavalos. Este estudo parte da premissa de que “a palavra é a primeira história das nações” (TESCHAUER, 1921: 249).

Por fim conclui, respaldado em Nicolau Dreys em obra de 1839, que:

A lingua usual das Missões é a lingua Guarany sonora, euphonica e extremamente pittoresca; principia já a ser popular desde o Rio Pardo e nesta ultima villa fallase mesmo indiferentemente e quasi a mesma facilidade a lingua portuguesa e a lingua indígena; pois a população das Missões consta pela mór parte dos restos da nação Guarany, nação branda, dócil e soffredora, sem todavia ser extranha ao préstimo militar; deixaram fama no R. Grande os valentes lanceiros a cavallo outr’ora denominados do General Abreu, inteiramente formados de naturaes das Missões (TESCHAUER, 1921: 292).

Após, ele se vale da constatação do padre Ruiz de Montoya para afirmar que o mesmo “qualifica-a [a língua indígena] de rica e amena e diz que pode hobrear com as linguas as mais celebres e tão significativa nos seus termos” (TESCHAUER, 1921: 293). Assim, gradativamente ele se apresenta como tradutor e interlocutor da língua geral falada no Rio

Grande do Sul, do tronco linguístico tupi-guarani. Pode-se perceber a sua preocupação em construir um tratado etnolinguístico para dialogar com a História, a fim de demonstrar a participação e a herança viva das culturas indígenas na sociedade rio-grandense no século XX.

Em suma, a “Porandúba” se transforma em hipótese norteadora adotada pelo historiador Teschauer, como uma narrativa de fato histórico que empreende uma batalha no campo das ideias, dialogando com as ideias clássicas elaboradas pelo historiador Fernandes Pinheiro. A “Porandúba” é quase que um método de atingir a primeira versão de História Ocidental da civilização sul-rio-grandense, próximo a uma etno-história. Enquanto método, ela organiza um conjunto de conhecimentos ainda presentes na História colonial do Rio Grande do Sul como, por exemplo, a divisão do passado histórico jesuítico-missionário em primeira e segunda fase, a fim de compreensão melhor deste passado, o que não deixa de ser pedagógico ao conhecimento. Praticamente, antes da Porandúba não se fazia esta distinção em primeira e segunda fase, como se pode observar na obra do Cônego João Pedro Gay. Se a “História da República Jesuítica do Paraguai” é a primeira obra sobre as Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul, os estudos do padre Carlos Teschauer aprimoram o conhecimento sobre este passado, adotando métodos específicos a serem seguidos por gerações futuras de historiadores, os quais vão consolidar a tendência historiográfica jesuítico-missionária no IHGRS a partir de 1921 em diante.

Mas a proposta de “Porandúba”, como primeira narrativa histórica proposta por Teschauer, não se finda nesse ensaio de 1921; ainda na Revista do 3º trimestre do mesmo ano, ele retoma o seu método de ressignificar a ação da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul, cujo papel fulcral é converter o gentio, considerado por ele “selvagens”, posto que viviam à margem da civilização cristã ocidental, do bem comum e, portanto, da felicidade; ele retoma a questão da língua Guarani e o Catecismo do padre jesuíta e missionário Roque Gonzalez de Santa Cruz..

Como já foi mencionado, na Revista do IHGRS, do 3º trimestre de 1921, Teschauer elabora um ensaio, buscando fontes para explicar as razões que levaram o padre Roque Gonzalez a modificar o catecismo em língua guarani de Bolaños e a partir da História tribunal refutar a tese do Bispo de Assunção D. Bernardino de Cárdenas, que em 1655 acusou de heresia o catecismo proposto por Gonzalez.

Inicialmente, Teschauer afirma que é função do historiador “não medir o passado pela bitola do presente” e que se deve “penetrar nos umbrais do passado [...] procurar compreender

o sentir e querer desses homens tão diferentes dos nossos contemporâneos”, tomando a defesa de Roque Gonzalez, posto que “Este tinha fallado o guarani desde pequeno, como natural de Assunção” (TESCHAUER, 1921: 418-419). Ao final do ensaio questiona as acusações aos jesuítas, afirmando que Cárdenas o fazia por divergência e perseguição política aos mesmos, concluindo de forma irônica que Cárdenas “ignorava inteiramente a língua guarani” (p.426). E usando esta mesma ironia nas páginas seguintes, ele argumenta que a língua Guarani era falada pela população de Assunção, inclusive pelos não indígenas, assim se posicionando: “Por certo não foi o P. Roque Gonçalves que transformou o guarani; pois como natural de Assunção era esta sua língua materna” (TESCHAUER, 1921: 435).

Por fim, ele encerra o ensaio, que compôs o livro editado em 1929, destacando que:

Homens como os missionários da America do Sul que de corpo e alma se tinham dedicado as suas missões, que tinham adoptado estes paizes por sua segunda pátria, não tinham outras aspirações do que identificar-se com ella e com os seus queridos Indios (TESCHAUER, 1921: 436).

Percebe-se assim que, na ordem discursiva, o padre Carlos Teschauer é parcial e engajado em uma concepção de mundo ligada ao papel exercido pela Companhia de Jesus na elaboração da Cristandade Colonial articulada à Civilização Cristã Ocidental, centro de humanização do selvagem, sendo os padres o veículo no processo de evangelização e conquista espiritual, os quais chegaram ao ponto de abandonarem suas nações de origem para se dedicarem a causa da conversão indígena, atribuindo critérios subjetivos como “seus queridos índios”. Atributos como abnegação, sacrifício e coragem – presentes na narrativa do autor – dignificam e justificam os atos de heroísmos dos missionários, que deveriam acima de tudo lançar as bases da civilização cristã ocidental.

Algumas Considerações

Em síntese, a tendência de reconhecer e valorizar o passado jesuítico-missionário na produção histórica do Rio Grande do Sul, quando se institucionalizou a pesquisa histórica a partir do IHGRS e sua principal ferramenta, a Revista do IHGRS, esteve presente desde a fundação desta instituição, criando uma tendência própria que procurava visibilizar a participação da Companhia de Jesus no processo histórico do Rio Grande do Sul desde os dois primeiros séculos de colonização, XVII e XVIII.

A proposta do padre jesuíta e historiador Carlos Teschauer no ensaio “Porandúba Riograndense” é construir uma narrativa que dê conta quase que de uma etno-história sul-riograndense, que a participação dos missionários foi decisiva na conversão do gentio na região.

Atualizada no século XX, procurava inserir em seus princípios a brasilidade em discussão naquele momento. A tese ou o problema elaborado era de que graças aos paradigmas da civilização cristã ocidental empreendidos pelos missionários, os indígenas transitaram de um processo de selvageria à civilização, o que facilitava a integração dos mesmos à sociedade colonial envolvente, bem como à posterior nação brasileira.

Para desenvolver a tese supramencionada, os defensores da tendência jesuítico-missioneira apresentam um método novo de abordagem da História colonial dividindo-a em fases distintas: uma fase inicial, quando se organizaram as primeiras reduções e uma posterior, com a organização dos Sete Povos. A narrativa da “Porandúba” evidencia a ação dos jesuítas em defesa dos indígenas nos meandros do colonialismo ibérico, procurando despertar o sentimento de pertença do povo sul-rio-grandense às ações da Companhia de Jesus, cuja análise de seu historiador-mor – Teschauer – evidencia a solidariedade e generosidade dos missionários dos séculos XVII e XVIII para com os seus neófitos. Para sedimentar esta tese e o discurso nela implícito, o esforço intelectual devia ser focado na ruptura com a tradição lusitana plasmada na obra de Fernandes Pinheiro e seus seguidores.

Nas origens da construção desta narrativa dentro do IHGRS, a oposição parece discreta, o que se explica em função do mesmo estar em processo de organização discursiva, procurando congregiar as diferentes tendências historiográficas da instituição, o que se acentua após a década de 1930, quando os jesuítas Teschauer e Hafkmeyer já não compunham o quadro de sócios. Teschauer problematizou o passado jesuítico-missioneiro do Rio Grande do Sul, estabelecendo um autêntico combate pela História, disputando narrativa e alcinhou alguns dos princípios desse passado que se fazem presentes em narrativas contemporâneas como abnegação, sacrifício e coragem dos missionários na exemplar obra de construção da civilização rio-grandense. A produção de Teschauer é significativa na década de 1920, pois produziu ao todo nove títulos, corroborando com os seus problemas iniciais aqui analisados.

Referências:

COLLOR, Lindolfo. *A historia e o Instituto Historico*. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N° 01, I trim.: 02-07, 1921.

DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa. Discurso do Orador Official [na posse da primeira diretoria do IHGRS, em 19/11/1920]. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N° 01, I trim.: 126-134, 1921.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3 ed. Lisboa: Presença, 1989.

FLORES, Moacyr. **Historiografia: estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

GAY, João Pedro (cônego). [1ª ed. 1863]. **História da República Jesuítica do Paraguai**. 2 ed. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1942.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Papel da “Revista” do IHGRS e seus autores no processo de institucionalização da História no Rio Grande do Sul*. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, N° 47: 66-79, 2017.

_____. O papel do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul na tomada do bastão historiográfico do IHGRS pela UFRGS. In: SOARES, Fabricio A. A.; MARTINS, Jefferson T. (organizadores). **História e Historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: UNESC, 2019.

SILVA, Florencio de Abreu. *Acta da sessão de Instalação e Posse*. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N° 01, I trim: 120-126, 1921.

TESCHAUER, Carlos S.J. *Porandúba Riograndense*. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N° 01, II trim: 228-306, 1921.

_____. *A Lingua Guarany e o Ven. P. Roque Gonçalves*. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, N° 01, III trim: 418-440, 1921.

TORRES, Luiz Henrique. **Brasilidade e Platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)**. Rio Grande: EdFURG, 2004.